

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: FATORES QUE INFLUENCIAM A EVASÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL A. N., EM MANAUS-AM.

Ciências Sociais Aplicadas, Edição 117 DEZ/22, Linguística, Letras e Artes / 18/12/2022

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.7454309

Maria Emy de Souza Guimarães¹

Jose Amauri Siqueira da Silva²

Orientador: Dr. José Amauri Siqueira da Silva

RESUMO

O presente estudo é sobre até que ponto os fatores familiares bem como a formação dos professores influenciam a evasão dos alunos do turno diurno da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Abílio Nery, em Manaus-Am. A cada ano o número de alunos matriculados no turno vespertino é considerado padrão na modalidade, entretanto o percentual de evasão nesse turno é considerado um fenômeno que aflige a equipe escolar, que se movimenta em busca de soluções internas, sem conseguir modificar os dados estatísticos negativos. Trata-se de uma população juvenil ainda não inserida no mercado de trabalho, que ainda mora com seus responsáveis, e para avaliar as deficiências no conhecimento do problema foi necessário investigar as condições de vida dos alunos no ambiente familiar, para conhecê-los, traçar seu perfil e, também, acentuar se as práticas dos docentes estão considerando as diversidades, suas

demandas, experiências de vida e percursos históricos. Para isso foi feita uma pesquisa quali quantitativa considerando a realidade dos alunos e a formação dos professores, na qual ficou constatado que, de fato, a desestruturação da família, a falta de formação escolar ou mesmo falta de tempo deixa um vácuo que os jovens percorrem sozinhos gerando primeiramente o abandono. Ao retornarem, por sua idade, são matriculados na EJA, e na escola, por não encontrarem aulas que dialoguem com sua realidade e se afastem, gerando um número excessivo de evasão.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Evasão Escolar, Práticas docentes, educação

1. Introdução

O estudioso Paulo Freire disse que chamar o aluno adulto de “evadido” sem entender suas causas é o mesmo que criminalizá-lo e culpá-lo por não ter tido acesso à Educação na chamada “idade própria”. Entretanto o aluno objeto desse estudo não é o adulto trabalhador e sim o jovem que ainda mora com os responsáveis e não está inserido no mercado de trabalho, pois frequenta as aulas da EJA de forma regular no horário diurno.

A investigação se realizou na Escola Municipal A.N., em Manaus, Amazonas, com alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos, objetivando identificar até que ponto os fatores familiares e a formação do professor influenciam a evasão dos discentes. Foi realizada uma investigação qualitativa com docentes e discentes, na qual foram aplicados questionários com perguntas abertas com os professores e questionários com perguntas fechadas para os alunos. Os questionários com perguntas abertas tiveram como sujeitos sete docentes de várias disciplinas, para explicar sobre a Metodologia pedagógica aplicada em sala de aula, e os questionários com perguntas fechadas tiveram como sujeitos trinta e cinco alunos do segundo segmento da escola pesquisada, cujo objetivo foi obter informações sócio-económico-familiares, que possibilitem a identificação dos fatores que influenciam a evasão na Escola pesquisada.

Vive-se em um mundo globalizado, desigual, baseado em relações sociais antagônicas que provocam divergência de julgamento e de atendimento. Estes e outros desafios implicados pela dinâmica da contemporaneidade necessitam de políticas públicas educacionais que possam ser compreendidas como possibilidades de atendimento a diversidade e a inclusão de modo que a sociedade tenha garantido seu direito e acesso à educação e que os direitos humanos seja um alicerce cultural com vistas à mudança social. “A EJA, como direito, reafirma o estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), de que a educação é um direito fundamental da pessoa, do cidadão, sendo necessária a oferta de condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos...” (BARCELOS; DANTAS, 2015, p. 27).

Considerando que as políticas públicas de alguma forma não estão criando indicadores de qualidade, as escolas, então, trabalham em desvantagens, pois sem alternativas não conseguem manter um elevado índice de jovens na idade/série adequadas, e esses, sem outra opção, são levados a frequentar a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Todavia, fora da idade/série, sem uma visão de mundo além das fronteiras do seu meio social, sujeitos de experiências negativas no ambiente familiar e nas escolas por onde passaram, sem perspectivas de que podem melhorar suas vidas, estão se negando assumir o seu papel social e abandonam sem justificativas a escola responsável por sua educação formal, uma das únicas possibilidades que pode salvá-los dos vícios e das limitações sociais.

Diante desse quadro desalentador, faz-se necessário trazer à luz da realidade quais os fatores que estão influenciando a evasão, especificamente dos alunos da Escola Municipal A. N., para que torne-se possível implementar ações que favoreçam sua permanência no ambiente escolar.

“É preciso pensar em estratégias de acesso, permanência e qualidade para a EJA, se desejarmos uma educação de fato comprometida com o direito público subjetivo de todos os cidadãos...” (JARDILINO, 2014, p.114).

2. Fatores Familiares

A legislação brasileira preconiza o direito educacional, como um direito fundamental e subjetivo, porém a evasão tem se mostrado um fenômeno que desafia as redes de ensino quanto ao cumprimento legal, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, no ensino fundamental.

A Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade [...] o direito à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade e o respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de todas as formas de negligência.

A educação é uma prática social, que tem como especificidade a circulação dos conhecimentos, normas e comportamentos. Enquanto prática social, como qualquer outra, não é uma prática neutra, se encontra enraizada dentro de perspectivas de um dado modo de organização social. Nessa perspectiva a educação ganha um sentido mais amplo, não se identificando apenas com a educação escolar. Assim, são fatores de educação os espaços primários de socialização, como a família, o meio social passando pelas organizações de bairros e de trabalhadores.

A responsabilidade pela educação dos jovens e dos adolescentes na nossa sociedade recai, legal e moralmente, sobre duas grandes instituições socializadoras: a família e a escola. E ambas precisam estar juntas.

Um dos fatores fundamentais para o sucesso escolar dos educandos é o apoio e o acompanhamento familiar, para evitar prejuízos e atrasos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu ART. 19 estabelece que é direito da criança e do adolescente ser criado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Em seu Capítulo IV, Art. 53, estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho.

Mesmo com toda essa diversidade podemos citar algumas características que as famílias atuais vêm apresentando em comum como, a diminuição do número de membros, de casamentos religiosos, aumento na participação feminina no mercado de trabalho, participação de vários membros da família em sua economia, o chefe da família tende a ser mais velho, quanto mais rica mais chefes responsáveis pela família, quanto mais pobre mais os filhos contribuem na renda familiar (CARVALHO, 2019,p.2).

A instabilidade do casal parental, com separações e construções de novas famílias; a ausência paterna, a inserção da mulher no mercado de trabalho para ajudar financeiramente a família e que, muitas vezes é a única provedora, força o compartilhamento dos filhos com a escola ou com a família extensa ou mesmo os deixa sozinhos.

A demonstração de interesse pela vida escolar dos filhos é parte fundamental em seu processo de desenvolvimento da aprendizagem. Ao perceber que pais e família se interessam por seus estudos e por suas experiências escolares a criança sente-se valorizada, desenvolvendo-se de forma segura e com boa autoestima.

A participação familiar na vida escolar dos filhos leva-os, dentre outras coisas, à demonstração de um maior autocontrole e à manifestação de um comportamento cooperativo. Os pais precisam entender, no entanto, que acompanhar a vida escolar dos filhos não deve significar apenas cobrar. O acompanhamento pressupõe muito mais que isso. É necessário estimular, motivar, valorizar, ensinar, conversar, prestigiar, discutir (FERREIRA, 2019, p.1).

Na fase da adolescência, quando os pais ou responsáveis passam longos tempos fora de casa, às vezes por necessidade de trabalho e outras nem tanto, esse afastamento precoce do convívio familiar é prejudicial, pois não existe uma boa convivência com os filhos e isso impede que as famílias possam ofertar o que costumamos chamar de “educação de berço”, esse jovem, sem orientação, pode se tornar rebelde e um aluno indisciplinado.

A responsabilidade pelo acompanhamento acadêmico dos alunos pela família quase não existe. Os pais mal são escolarizados e sem conhecimento acadêmico atrapalham o desempenho dos filhos na escola, por não terem condições mínimas de auxiliá-los com as atividades escolares e nem condições financeiras para custear reforço escolar com profissionais capacitados.

Os jovens da atualidade estão se tornando independentes mais cedo e estão tomando as próprias decisões no que diz respeito às suas vidas, inclusive as decisões escolares. Então, permanecer ou não na escola é uma decisão tomada pelo próprio aluno. Muitos desistem sem justificativas. Simplesmente não voltam. Porém quando estão mais velhos, os alunos sentem a necessidade da escolarização formal e buscam novamente a escola para obterem uma titulação que os capacite a seguir com os estudos e os possibilite ao mercado de trabalho, por se tratar de uma necessidade fundamental para sua manutenção.

3. Fatores curriculares e Prática docente

Ao longo dos séculos XIX e XX, a sociedade viveu sob a influência do paradigma da ciência moderna, cartesiano, que propõe a divisão do conhecimento em campos distintos, na tentativa de garantir a objetividade e neutralidade científicas. Somos testemunhas de que esse paradigma levou ao avanço das ciências e das tecnologias, embora tenha contribuído para uma visão fragmentada do homem e da natureza (OLIVEIRA, 2015, p.53).

O contexto pós-moderno tem levado à constatação da fragilidade dos pilares em que se fundamenta tal paradigma. Um novo paradigma desponta e se baseia na diversidade de percepções e de opções metodológicas, contribuindo para a emergência de novas relações interdependentes, gerando parcerias, partilha de sentimentos, solidariedade, respeito às diferenças e estímulo ao diálogo, para se chegar a um novo padrão civilizatório – a cultura da paz (OLIVEIRA, 2015,p.53).

No contexto atual torna-se necessário refletir sobre os fatores curriculares e seus impactos na EJA.

Apple (2008) considera que há muitos anos, percebe-se cada vez mais evidente que o currículo de muitas escolas em diversos países não está suficientemente ligado à realidade da vida dos alunos. Este é especialmente o caso dos alunos da EJA, que pertencem aos grupos cultural e economicamente mais oprimidos.

Ghedin (2008, p. 7) considera que o “currículo é uma questão central da educação formal e faz parte dos processos de formação de professores e da organização do trabalho pedagógico da escola”.

Partindo-se do fato e do pressuposto de que todo currículo é uma construção histórica situada no tempo e no espaço, conforme a sociedade que o formula, as formas que ele assume obedecem a diversos discursos.

Assim, o currículo é resultado de um discurso e de uma intencionalidade política que nem sempre é evidente e claramente exposta. Por conta disso responde mais ao interesse do discurso que pretende fazer valer à escola uma determinada visão de mundo e de ser humano que nem sempre corresponde à mais significativa no sentido do desenvolvimento da humanização (GHEDIN, 2008, p.10).

Mediante o exposto anteriormente, é necessário e importante que se analise com olhar crítico as visões de mundo, de ciência, de conhecimento, de ética, de cultura que estão presentes nas propostas curriculares. Tal procedimento é necessário, objetivando uma maior clareza sobre a educação e formação de homem que pretendemos formar visando atender uma demanda existente na sociedade.

No contexto atual, torna-se necessário discutir neste ponto em que nos encontramos sobre o currículo da EJA.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, estabelecem que uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. O foco nas experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

Os desafios com os quais os professores se deparam no esforço de implementar as mudanças propostas para a educação básica no Brasil são muitos, pois a função dos educadores é central na educação escolar a qual se concretiza a partir da ação dos trabalhadores da educação nas condições estruturantes de políticas e programas educacionais e das posturas legislativas. No entanto, o trabalho de educadores também se constitui preliminarmente com mediações e relações constituídas no campo da ação cotidiana, nas dinâmicas escolares, em processos dialógicos onde se criam espaços de práticas conservadoras e/ou transformadoras que geram na simultaneidade das relações pedagógicas alunos-professores, as possibilidades de recriação de sentidos e significações de conhecimentos e valores pelas intersubjetividades (GATTI et al,2019).

A questão da formação de professores se torna um problema social na medida de sua relevância e por conta do trato incerto que tem merecido mediante políticas descontinuadas e pela pouca discussão social relativa a seu valor social concreto na contemporaneidade, bem como sobre os fundamentos dessa formação e das práticas a ela associadas.

Libâneo (2011, p.29) diz que a realidade atual exige que as universidades formem um professor capaz de ajustar sua didática às necessidades atuais da sociedade, do conhecimento do aluno e dos meios de comunicação.

O Ministério da Educação (2002) estabelece que, para que professores construam experiências significativas de aprendizagem com seus alunos, os

ensinando a relacionar teoria e prática em cada situação escolar, é preciso que eles próprios vivenciem, em seu processo de formação, situações equivalentes de ensino e aprendizagem.

Sendo assim é preciso que a formação do professor esteja realmente embasada nos fundamentos teóricos e práticos, visando melhor desenvolvimento do fazer pedagógico, permitindo ao aluno a apropriação do conhecimento construído.

As aprendizagens do período da graduação são fundamentais e precisam ser consideradas no dia a dia, postas em prática, para que se legitime o trabalho do professor.

Porém, para que isso aconteça de forma eficaz, faz-se necessário que a escola promova de forma periódica as interações como reuniões de planejamento, grupos de estudo, palestras aos profissionais, e supervisione o desenvolvimento das práticas dos docentes, pois conceitos importantes vão ficando para trás se não passam a fazer parte do trabalho pedagógico.

Além disso, o suporte teórico enriquece a capacitação do profissional, leva ao aprimoramento, à análise e à reflexão, que só trarão benefícios à instituição.

O documento base do PROEJA (2006) estabelece que os professores da EJA ao aceitar seu papel de articulador e fomentador do conhecimento devem atuar de forma criativa acolhendo sem ansiedade as exigências dos sujeitos e do projeto pedagógico.

O documento também estabelece que independente da forma de organização e das estratégias adotadas para a construção do currículo integrado, é de fundamental importância para o sucesso da prática docente o diálogo entre as experiências que estão em andamento entre os pares, fazer um diagnóstico das realidades e demandas locais e que o planejamento seja construído e executado de maneira coletiva e democrática. Isso reforça mais uma vez a necessidade dos encontros pedagógicos periódicos de todos os sujeitos envolvidos no projeto, professores, alunos, gestores, servidores e comunidade.

A formação continuada deve oferecer ao professor o suporte necessário para tornar-se agente de mudança e de transformação. Mas, talvez o principal ponto a ser destacado é de que deve ser o professor a querer tais mudanças. Vivemos numa sociedade em que o conhecimento e informação se mostram relevantes. Implantar mudanças na escola, adequando-as às exigências da sociedade do conhecimento constitui hoje um dos maiores desafios.

Para Moura (2005 apud MELO, 2015) recomenda que na formação docente para a EJA algumas questões sejam priorizadas, como a revisita dessa formação à historicidade da educação brasileira, a oferta de cursos de nível médio, de graduação e pós-graduação, o aproveitamento dos saberes oriundos das experiências de formação continuada gestadas no âmbito das escolas e das instituições não-formais, as especificidades discentes que mobilizam os professores a partir das exigências cotidianas e, principalmente, os conteúdos que podem ser mobilizados e integrados à formação inicial, nos cursos de pedagogia e licenciatura.

Para Melo (2015), a formação de educadores da Educação de Jovens e Adultos tem como principal objetivo a melhora da qualidade de sua intervenção educativa e pedagógica.

Para que isso ocorra, é fundamental que se privilegiam momentos e espaços específicos para uma formação contínua e sistemática que pode acontecer no seio da unidade escolar: sistematização de reuniões de estudo e de troca de experiências; participação dos docentes em seminários e cursos; acesso a materiais de pesquisa; aquisição de livros; planejamento, registro e visitas a outras salas de aula de EJA. Segundo Melo (2015) outro aspecto a ser destacado é o investimento no acompanhamento do trabalho específico dos educadores, por meio de supervisão realizada pelos coordenadores pedagógicos e pedagogos.

Não há como negar que a EJA tem demandas próprias. É impossível desenvolver programas de qualidade sem que os recursos estejam garantidos. Normalmente, nas escolas são improvisados os materiais utilizados e os educadores, muitos, não possuem uma formação adequada para atender a este segmento. Para

resolver isso, a profissionalização do corpo docente e o enriquecimento dos ambientes de aprendizagem são fundamentais. Em termos de gestão, é essencial programar políticas de forma mais efetiva, transparente, eficaz e responsável, envolvendo na decisão representante dos segmentos que participam da EJA – como a sociedade civil.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise dos dados das entrevistas com os alunos

Os dados coletados com os 45 alunos da amostra identificaram que 36 alunos têm idade entre 15 e 18 anos, o que representa 80% do total, e do total de alunos com idade entre 15 e 18 anos 30 ainda moram com os pais, o que representa um percentual de 66,6%. Portanto, não se trata das dificuldades de pessoas que trabalham e sim de jovens em idade escolar, que estão fora da idade/série, que não foram e nem estão sendo acompanhados por suas famílias ou responsáveis. A secretária da escola informou que os responsáveis por esses jovens comparecem espontaneamente à escola somente no ato da matrícula, é como se, com essa ação, transferissem sua responsabilidade pelos jovens para a escola, pois após essa data só comparecem se forem convocados, e geralmente é para solucionar algum conflito e nunca para o acompanhamento escolar. Sem acompanhamento desde o início da escolarização, os jovens menores de idade estão sendo, hoje, escolarizados na EJA, por conta da distorção idade série, que é de no mínimo, dois anos, esperando fazer um nivelamento para que possam cursar o ensino médio. A participação dos pais na vida escolar dos filhos bem como sua ausência tanto pode beneficiar o seu desenvolvimento quanto pode prejudicar. A participação familiar na vida escolar dos filhos leva-os, dentre outras coisas, à demonstração de um maior autocontrole e à manifestação de um comportamento cooperativo. Os pais ou responsáveis precisam entender, no entanto, que acompanhar a vida escolar dos filhos não deve significar a pena cobrar. O acompanhamento pressupõe muito mais do que isso. É necessário estimular, valorizar, ensinar, conversar, prestigiar, discutir. (FERREIRA, 2019, 25)

Percebe-se pelas idades, que a clientela da escola Abílio Nery é em maioria juvenil, portanto é necessária e fundamental para o seu completo desenvolvimento como pessoa com valores, a participação da família na escola. A família é o ponto fundamental para a educação do jovem adolescente onde visa ensinar os valores éticos morais e sociais, à escola fica reservado o papel de escolarizar, ou seja, instrumentalizar o aluno para resolver problemas matemáticos, redigir textos, fazer experiências, ampliar e rever conceitos entre tantos outros. Claro que o respeito, às regras, limites e obrigações estarão inseridos no dia a dia escolar, mas devem ser vistos como um reforço dos valores já passados pela família.

A pesquisa constatou que a **família** não está cumprindo bem o seu dever legal de manter e acompanhar o desenvolvimento escolar de seus dependentes, razão pela qual tantos jovens apresentam defasagem em idade série e são encaminhados à Educação de Jovens e Adultos – EJA para nivelamento.

4.2 Análise dos Dados das Entrevistas com Professores

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica estabelecem que uma das maneiras de concepção do currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento; permeadas pelas relações sociais; buscando articular vivência e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados; e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. O foco nas experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos. O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, ele é o grande norteador de todo o processo educacional de uma escola.

Conforme definido pelo Ministério da Educação, a liberdade de organização conferida aos sistemas por meio da legislação vincula-se à existência de diretrizes que os orientem e lhes possibilitem a definição dos conteúdos em conformidade à base nacional comum do currículo.

O currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequência, suas hierarquias e cargas horárias são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano das escolas, dos tempos e espaços, das relações entre educadores e educandos, da diversificação que se estabelece entre os professores e alunos.

A Proposta Pedagógica Curricular para Eja, do município de Manaus, segue a normativa do MEC e está organizada de modo similar ao ensino regular, utilizando tempo de aula, parte comum e diversificada.

A EJA, por diferenciar-se da educação regular devido às suas especificidades, requer um currículo que dialogue com as singularidades da pessoa jovem, ou adulta e que incorpore as especificidades e diversidades presentes no universo desses sujeitos, considerando suas origens, culturas, saberes, conhecimentos e projetos de vida.

É com base na Proposta Pedagógica Curricular que os planos e ações que objetivam o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos são traçados.

Cada escola deve elaborar seu planejamento de currículo, inserindo todos os componentes escolares que, direta ou indiretamente, fazem parte do processo educativo. O diretor, pedagogo, e professores assim, definirão juntos os objetivos finais, o conteúdo básico e delinearão os métodos e as estratégias de avaliação.

O planejamento educacional é uma ferramenta de cunho administrativo que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos e as metodologias desenvolvidas, construir um referencial futuro, estruturando o trâmite adequado, além de permitir a reavaliação de todo o processo a que o planejamento se destina, sendo, portanto, o lado racional da ação. Dessa forma, o planejamento torna-se um processo de deliberação abstrato e explícito que escolhe e organiza ações e antecipa os resultados esperados, ou seja, delibera na busca de metodologias que proporcionarão o alcance dos objetivos previamente definidos. (fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Planejamento).

Porém, de modo geral os professores da amostra não consideram a proposta pedagógica curricular do sistema municipal de ensino, do modo como está

estruturada, adequada para atender a diversidade do público da EJA. Afirmam que a proposta não está cumprindo sua finalidade.

Se a Proposta Curricular é a base do Planejamento das ações dos docentes e eles estão trabalhando insatisfeitos com ela, então as avaliações dos conteúdos que serão realizadas com base nesses planejamentos na escola serão prejudicadas. A avaliação escolar tem o **objetivo** de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada **aluno**; ou seja, ela serve para verificar se o educando está conseguindo acompanhar e entender a programação curricular. Então vejamos o resultado da questão 9 do questionário dos alunos na qual foi perguntado se conseguiam acompanhar as explicações dos professores: dos 45 alunos da amostra apenas 15 alunos responderam que acompanha as explicações do professor o que representa 32% do total, ou seja menos da metade.

Outro fator são os livros disponibilizados na escola. São em formato de módulos, estão ultrapassados, seus conteúdos não estão alinhados com a proposta pedagógica curricular e estão fora da realidade dos alunos. Por essa razão são pouco utilizados e quando são apenas como apoio na realização de umas poucas atividades.

A pesquisa constatou que mesmo a Proposta Pedagógica estando de acordo com o que preconiza os marcos legais, às exigências da clientela não são atendidas, clientela esta que trás consigo uma história, as marcas da socialização e da formação que tiveram. Infelizmente a EJA ainda apresenta um currículo que não interessa aos envolvidos. Muitos alunos não acham significativo para suas vidas o que estão aprendendo e abandonam o curso. Os professores a consideram ultrapassada, mas não podem fugir dela por não saber como fazer. E isso pode ser um determinante para a evasão na escola.

Outro fator importante trata-se da formação dos professores. Considera-se que há uma quase total ausência de formação específica para atuar com jovens e adultos, que ainda é a marca dos cursos de licenciatura no País. Os cursos de disciplinas específicas – como História, Letras, Geografia, Matemática, Química, Educação Física e todas as outras licenciaturas, que habilitam professores ao

longo dos anos – não propiciam a oportunidade de aprender, nas disciplinas pedagógicas e no estágio, sobre os desafios de atuar com os alunos jovens e adultos que estão atrasados nos estudos e ainda, sobre como enfrentar esses desafios.

A formação é como um processo contextualizado que se constrói nas trajetórias da escolarização, nas vivências, nas trocas de experiências ao longo da vida que nos torna um constante aprendiz, em permanente transformação e em construção de nossa identidade e subjetividade [...]. (BARCELOS, DANTAS, 2015 p.81).

Os dados coletados na pesquisa demonstraram que todos os professores da amostra têm graduação em suas áreas e quase todos têm especialização em áreas distintas. Entretanto, relataram que a formação mínima na área específica não é suficiente para atender as peculiaridades da modalidade e que é necessário sim, que passem por uma formação de qualidade, que lhes qualifique para atuar com EJA. “a formação qualificada é um meio importante para se evitar o trágico fenômeno da evasão” MACEDO (2010).

Entretanto há uma carência de oferta de qualificação específica e a necessidade de metodologias diferenciadas voltadas para esta modalidade de ensino. A formação de professores para a EJA é essencial para que haja uma educação de qualidade, pois somente desta maneira o educador será capaz de elaborar didáticas que resultem bons desempenhos em sala de aula, garantindo a permanência desses alunos na escola. Mostrando-lhes a importância de continuar seus estudos, a fim de que se tornem cidadãos críticos e reflexivos para que possam interagir de forma participativa na sociedade.

O professor sem experiência pedagógica e sem comprometimento prejudica todo o processo na tentativa de *segurar* o aluno na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. Dados **Estatísticos Escolares da EJA na Escola Municipal Abílio Nery** (2018 a 2019).

ARROYO, Miguel. **Da Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L.; SOARES, L (Org.), *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p. 19-50.

AUGUSTO, L. F. A Evolução da Ideia e do Conceito de Família.

Disponível em: <https://advocaciatpa.jusbrasil.com.br/artigos/176611879/a-evolucao-da-ideia-e-do-conceito-de-familia?ref=serp>. Acesso em 07/05/2019.

BARCELOS, V. Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas. 3. ed. / Valdo Barcelos. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASEIGIO, L.J.; Borges, M.de C. **Educação de Jovens e Adultos**: reflexões sobre novas práticas pedagógicas. Curitiba: Editora Inter Saberes, 2013. 132 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 53. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara 2018. (Série legislação; n. 275 papel).

BRASIL. MEC. Legislação Vigente Eja. Disponível em:

http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/legislacao_vigente_EJA.pdf. Acesso em 11/06/2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Políticas Públicas. *Princípios da educação de jovens e adultos, fundamentos legais*.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino

fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

CARDOSO, J.; Ferreira, M.J.R. Inclusão e Exclusão: O retorno e a permanência dos alunos na EJA. Debates em Educação Científica e Tecnológica, Espírito Santo, v. 2, n. 01(2012), p.61-76, jan. 2012.

COSTA, A. 2014. Formação de professores para a educação de jovens e adultos.

CUNHA, C. M. Introdução – Discutindo conceitos básicos. In: **Educação de Jovens e Adultos**. MEC – Secretaria da Educação à Distância, 2001.

DIAS, Aline Alves da Silva; SABIÃO, Roseline Martins. **Educação de Jovens e Adultos: Um Caminho na Busca para o Desenvolvimento Social no Brasil**.

Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 07, Vol. 02, pp. 66-83, Julho de 2018. ISSN:2448-0959.

FERREIRA, A. **A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos**. Disponível em: <http://www.escolavillare.com.br/a-importancia-da-participacao-dos-pais-na-vida-escolar-dos-filhos/> Acesso em: 03.06.2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra,1996.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GAGNO, R. R. e Portela, M. S. **Gestão e Organização da Educação de Jovens e Adultos: Perspectiva de Prática Discente**. São Paulo, 2003.

GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos do campo cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GATTI, B. A. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Disponível em:

GHEDIN, Evandro. **Currículo e desenvolvimento sociocultural**. Manaus: CEFET-AM/BK Editora, 2008.

PICONEZ, S.C.B. **Educação escolar de jovens e adultos: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2006.

PNAD 2014: nível de escolarização dos pais influencia rendimento dos filhos.

Editoria: **Estatísticas Sociais, Estatísticas Econômicas** 16/11/2016 11h36 |

Atualizado em 25/05/2017 12h48.

¹ Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES- República de Paraguay, Mestrado em Ciência da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES- República de Paraguay, Graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Amazonas. emyguimaraes7@gmail.com

² Doutorado em Ciência da Educação pela Universidade San Lorenzo (UNISAL), Mestre em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Graduação em licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). amaurimath@gmail.com

[← Post anterior](#)

A RevistaFT é uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B”**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).

Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp: 11 98597-3405

e-Mail: contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22



Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2022

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil